



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA Nº. 014/2008

PROCESSO n.º 1530/08

LICITAÇÃO n.º 078/08 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 11/09/2009

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 12 dias do mês de setembro de 2008, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.01, nº 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº 44.786 de 18.04.2008, de nº 44.787 de 18.04.08, de nº 44.431, de 29.12.06 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

#### FORNECEDORES:

**LOTE 1 - Policin – Comércio de Produtos para Escritório e Papelaria Ltda**, com sede na Rua Mucuri, nº. 313, Bairro Floresta, em Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 04.292.896/0001-80, neste ato representada por seus diretores, Sr. José Omário de Assis Nogueira, residente em Belo Horizonte – MG, na Rua Antonio Olinto, nº. 637, Aptº nº. 701 Bairro Esplanada, portador da Carteira de Identidade n.º M 33.590, CPF n.º 882.282.826-72 e o Sr. Joel de Assis Nogueira, residente em Sabará-MG na Rua São Luiz, nº. 57 Bairro Vila Rica, portador da Carteira de Identidade n.º M 2.200.847, CPF n.º 415.020.786-00;



**LOTE 2 – Papelaria Paper Box Ltda.**, com sede na Av. do Contorno nº. 6582 B. Funcionários, em Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 64.243.538/0001-00 neste ato representada por seu sócio-gerente, Sr. Carlos André Tolentino Abreu, residente em Belo Horizonte - MG na Rua Esmeraldo Botelho, nº. 50 B. Buritis, portador da Carteira de Identidade n.º M – 3.571.073, CPF n.º 727.990.216-20;

### **DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de utensílios para refeitório e cozinha - descartáveis, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 078/2008 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

### **DOS PREÇOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

### **DA VIGÊNCIA**

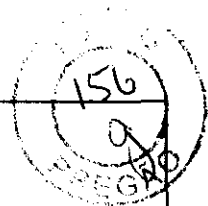
**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, admitida à prorrogação por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto estadual nº. 44.787 de 18/04/2008.

### **DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

### **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA.** O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis assinar a Autorização de Compra.



**5.1** Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

### **DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

**6.1** Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

### **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei federal nº. 8.666/93.

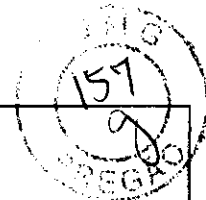
**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega, previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.



**7.2** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**7.3** Caso insatisfatório as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**7.4** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

#### **8.1. DO TRIBUNAL**

**8.1.1** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**8.1.2** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

**8.1.3** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

**8.1.4** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### **8.2. DO FORNECEDOR**

**8.2.1** Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**8.2.2** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**8.2.3** Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.



**8.2.4** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

**8.2.5** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**8.2.6** Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

**8.2.7** Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

**8.2.8** Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**8.2.9** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

**8.2.10** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;

### **DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA.** O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

**9.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**9.2.** Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**9.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

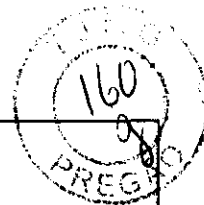
10.2. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovante, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

**11.1. Pelo Tribunal:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;



- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

**11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

**11.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**11.3.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no caderno II do Jornal "Minas Gerais", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**11.4.** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

**11.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

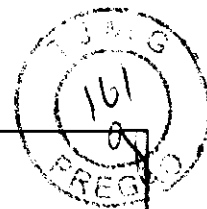
**11.6.** Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

**DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Pelo atraso na inexecução total ou parcial no cumprimento do objeto, recusa em firmar o contrato ou assinar documento equivalente, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:

**b.1)** até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o



trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**b.2)** até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, nas hipóteses previstas na alínea b.1 ou no caso do contratado não prestar, renovar ou reforçar a garantia contratual, quando houver.

**b.3)** até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93

**c)** suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

**d)** declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº. 44.515/07).

**12.2** – A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.3** – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**a)** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**b)** é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

**13.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços-GEComp.

**13.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos



quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**13.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**13.4.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

#### **DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2008.

Desembargador Sérgio Antônio de Resende  
**Presidente**

Pelo Fornecedor:

José Omário de Assis Nogueira

Joel de Assis Nogueira

**Policin – Comércio de Produtos para Escritório e Papelaria Ltda**

Carlos André Tolentino Abreu

**Papelaria Paper Box Ltda**

Testemunhas:

1685-7

1568340

# ANEXO I DA ATA DE REGISTRO

## QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES.

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 014/08)

LOTE	ITEM	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO	UN	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	FORNECEDOR
1	1.1	45.000	Pacote c/ 100	Copo de plástico descartável para água, com capacidade de 200,0 ml, com 220,0g/100 copos, em polipropileno (PP) não tóxico, em conformidade com a ABNT-NBR 14.865/2002.	COPOBRAS	R\$ 2,26	POLICIN COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO E PAPELARIA LTDA
2	2.1	20.000	Pacote c/ 100	Copo de plástico descartável para café, com capacidade de 50,0ml, com 75,0g/100 copos, em poliestireno (PS) não tóxico, em conformidade com ABNT-NBR 14.865/2002.	COPOPLAST	R\$ 0,68	PAPELARIA PAPER BOX LTDA

A experiência nos mostra que a sentença nem sempre põe fim a um conflito. Pelo contrário, algumas vezes, consegue acirrar a animosidade. Por isso, a decisão judicial é a solução para os casos em que o acordo tornou-se impossível.

"Fazer o bem sem olhar a quem" – esse deve ser o norte do magistrado. Desconfiemos sempre de quem age de acordo com o alvo, que não busca assumir um compromisso ético acima de quaisquer jogos de interesse ou animosidades.

O magistrado precisa dessa isenção para julgar, o que não é tarefa fácil. Pressupõe esforço contínuo, atenção para os mais altos valores e virtudes.

Ser juiz é um exercício de sabedoria. Para julgar as ações do outro, precisamos conhecer e reconhecer a fragilidade humana. E quando chegamos ao topo da carreira, sentimos que, se começássemos de novo, faríamos ainda melhor, porque aprendemos com a maturidade e a prática.

Por outro lado, sentimo-nos aptos para a nova etapa de revisão das decisões dos juízes, de forma colegiada, em que os saberes se conjugam, com o objetivo de prestar o melhor serviço ao cidadão.

É, exatamente, nesse ponto que chegaram os novos integrantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargadores Electra Maria de Almeida Benevides e Eduardo Fortuna Grion.

Cumpriram uma etapa em sua carreira. Começam outra a partir de agora, cheios de entusiasmo e esperança, pautados no profissionalismo e dedicação que marcaram toda a sua trajetória.

A Desembargadora Electra Maria de Almeida Benevides nasceu em Almenara. Iniciou dois cursos superiores, de Línguas Neolatinas e Comunicação, antes de fazer a opção pelo curso de Direito, da PUC Minas.

Ainda universitária, já havia o prenúncio da carreira de sucesso: ela foi oradora da turma e agraciada com a Medalha de Ouro Mello Cançado, pelo primeiro lugar, com as melhores notas em todo o curso.

Especializada em Direito Penal e doutora em Ciências Penais, pela Universidade Federal de Minas Gerais, Electra Benevides fez mestrado em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade Tradicional de Lisboa.

Dedicou-se ao magistério em várias fases de sua vida e ao Ministério Público de 1984 a 1988, ano em que ingressou na magistratura, exercendo suas atividades nas comarcas de Varginha, Pirapora, Patos de Minas até chegar a Belo Horizonte. Integrou a 2ª Turma Recursal do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, tendo atuado ainda como juíza eleitoral.

No currículo da nova Desembargadora, alguns detalhes nos chamam a atenção e sensibilizam: o exemplo do pai, falecido precocemente, de quem a magistrada "herdou a vocação para os estudos e a tenacidade em face dos desafios"; "a capacidade de trabalho, de simplicidade e de alegria", que recebeu

como herança de sua saudosa mãe.

Os filhos de Electra Benevides, os médicos Wílef e Iracema; a odontóloga e advogada Larissa; Wilson Almeida Benevides, juiz do Fórum do Barreiro, confirmam a tradição de luta e dedicação da família, referência para os seis netos da magistrada.

Natural de Niterói, Rio de Janeiro, o Desembargador Eduardo César Fortuna Grion é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É especialista em Direito Civil pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio Doce.

Possui experiência diversificada na área do Direito. Foi procurador do município de Nova Friburgo e fiscal federal do Trabalho. Atuou como assessor jurídico no Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro até o ingresso no Poder Judiciário de Minas Gerais em 1988. Foi juiz eleitoral e membro da Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral.

Eduardo Grion exerceu a judicatura nas comarcas de Sete Lagoas, Grão Mogol, Ituiutaba, Campina Verde, Governador Valadares até chegar à comarca de Belo Horizonte, onde também atuou como diretor do Juizado Especial Criminal. Paralelamente, disseminou os seus conhecimentos e experiências adquiridas, dedicando-se ao magistério em várias instituições de ensino, incluindo a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. E, neste momento, gostaria de falar, especialmente, sobre o pai do Desembargador Eduardo Grion, que, hoje, completaria 88 anos. Infelizmente, o protocolo para esta solenidade, como prevê o Regimento Interno, não contempla discursos dos empossados, como pude esclarecer ao magistrado. Ele manifestou seu desejo de homenagear seu saudoso pai, Arurahy Caramuru Grion, que foi Desembargador do Rio de Janeiro.

No entanto, deixamos aqui registrado ser este um momento de muita emoção para o novo Desembargador, de muita saudade, sentimentos, agora, compartilhados por seus familiares, amigos aqui presentes e por todos nós... Sabemos que a carreira de magistrado exige muito sacrifício e dedicação. Com certeza, cada um dos novos desembargadores tem pessoas especiais a quem agradecer neste momento: familiares, amigos, colegas de trabalho e vários mestres que passaram por sua vida.

No silêncio do coração de cada um, há nomes especiais, que não saberíamos citar, mas que os novos integrantes da Segunda Instância reconhecem e por quem cultivam profunda gratidão.

Desejamos sucesso aos recém-empossados membros do Tribunal de Justiça. Sejam bem-vindos e que Deus os ilumine em cada momento desta etapa que se inicia.

Muito obrigado a todos.

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS

## E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelson Dias

Homologação/adjudicação

Licitação nº 047/2008

Processo: 0925/2008

Modalidade: Convite

Objeto: Reforma parcial e adaptações para acessibilidade de portadores de deficiência no Fórum de Guarani/MG.

Favorecido: Rimus Construtora Ltda..

Valor total: R\$66.707,24 (sessenta e seis mil, setecentos e sete reais e vinte e quatro centavos)

Licitação nº 058/2008

Processo: 1097/2008

Modalidade: Convite

Objeto: Reforma parcial e adaptações para acessibilidade de portadores de deficiência no Fórum de Araguari/MG

Favorecido: Leão e Prates Engenharia e Comércio de Eletrônicos Ltda..

Valor total: R\$47.881,11 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e onze centavos).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/08

TJMG X POLICIN-COMERCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITORIO E PAPELARIA LTDA  
TJMG X PAPELARIA PAPER BOX LTDA.

Processo: nº 1530/2008

Licitação: nº 078/2008

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios para refeitório e cozinha-descartáveis.

Lote 1: Policin-Comércio de Produtos para Escritório e Papelaria Ltda.

Valor unit.: R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos)

Valor total: R\$ 101.700,00 (Cento e um mil, setecentos reais).

Lote 2: Papelaria Paper Box Ltda.

Valor unit.: R\$ 0,68 (sessenta e oito centavos)

Valor total: R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais)

(REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

Homologação

Processo: nº. 967/2008

Licitação: nº. 046/2008

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de desinsetização e desratização nos prédios do TJMG localizados no interior do Estado.

Lote 01:

Favorecido: Assistec Controle Integrado do Ambiente Ltda

Valor: R\$36.840,00 (trinta e seis mil, oitocentos e quarenta reais)

Lote 02:

Favorecido: AAA Astral Controle de Pragas e